



O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NO BRASIL E A EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS URBANAS¹

Ana Paula Schneider Lucion², Gilmar Antonio Bedin³. UNIJUÍ

INTRODUÇÃO: O processo de urbanização no Brasil e a evolução das políticas públicas urbanas é objeto do presente estudo que tem como referência o desenvolvimento da rede urbana brasileira a partir do descobrimento do Brasil até a contemporaneidade. O objetivo proposto pelo trabalho é analisar como se deu a urbanização brasileira em diferentes períodos históricos e de que forma ocorreu a intervenção e a formulação de políticas públicas no ambiente urbano. **METODOLOGIA:** A metodologia utilizada nesse trabalho observou basicamente o método analítico e a técnica de pesquisa bibliográfica. A pesquisa foi desenvolvida por meio de investigação bibliográfica, para edificação de um referencial teórico, e da reflexão crítica sobre o tema. **DISCUSSÃO /CONCLUSÕES:** Com a descoberta e começo efetivo da colonização do Brasil surgem as primeiras vilas que mais tarde originarão cidades e centros de convergência regionais. É nesse período, sob a vigência do Governo Geral, instituído pela coroa portuguesa, que tem início o processo de centralização administrativa e estruturação do Brasil, significando assim, o primeiro esboço do Poder Público no país. As cidades coloniais, tradicionalmente concebidas como meros apêndices do rural, vão muito lentamente se desenvolvendo, até que, sob a influência de uma série de mudanças desencadeadas no final do século XIX, associadas à cultura cafeeira, o panorama brasileiro que durante muitos séculos foi sendo construído a partir de subespaços que evoluíam sob lógicas próprias e com escassa relação entre si, foi sendo transformado. A sociedade tornou-se no final do século XIX muito mais complexa. Nesse período ocorreu o primeiro esboço do fenômeno da urbanização, de 5,9 % em 1872, para 9,4 % em 1900 da população residindo nas cidades. Mas foi a partir de meados do século XX que se deu verdadeiramente a aceleração do processo de urbanização e a inversão populacional. A preocupação do Estado em traçar metas voltadas para a organização planejada do espaço em seus três níveis: nacional, regional e local, é recente. O processo de urbanização no Brasil aconteceu, durante a maior parte de seu desenvolvimento, via de regra, ao sabor do acaso e da necessidade, sem que houvesse planejamento ou leis que o regulasse, ocasionando, dessa forma, os mais variados problemas. A partir da década de 30, com o início de um período de intensas transformações, a questão urbana passou a fazer parte da pauta governamental e exigir um tratamento diferenciado. Não obstante a crescente demanda, gerada pelo constante aumento da população urbana, as políticas públicas que visavam a ordenação das cidades, limitavam-se a fatores superficiais e não buscavam solucionar a origem da problemática urbana. Nesse contexto, a crise urbana acentuava-se e conseqüentemente em raros momentos era possível reverter o estado de carência crônico e assegurar o provimento dos serviços urbanos básicos para as populações mais necessitadas, quanto mais, discorrer sobre outros elementos que dão sentido a vida urbana, tais como ambientes que favoreçam a convivência, o lazer e a cultura. É a partir da Constituição Federal de 1988 com a introdução de um capítulo destinado à política urbana, que se tornou possível adequar o ordenamento jurídico brasileiro às novas necessidades que surgem com a evolução urbana e social. O Estado passa

¹ Trabalho de Dissertação de Mestrado

² Pesquisadora, Bolsista CAPES do Programa de Mestrado em Desenvolvimento da UNIJUI.

³ Orientador, Professor Doutor do Programa de Mestrado em Desenvolvimento da UNIJUI e Reitor da UNIJUÍ.



a contar com instrumentos inovadores de intervenção urbana e a vislumbrar alternativas a problemática urbana.